CRMV-SC realiza I Seminário Catarinense de Defesa Sanitária Animal

PATRICIA RODRIGUES

Auditório do CAV/Udesc, em Lages, foi palco do evento que reuniu um público de 200 pessoas

Profissionais com ampla experiência na área de Defesa Sanitária Animal estiveram reunidos em Lages para discutir temas como a Evolução da Pecuária Catarinense, Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), Resíduos e Contaminantes Químicos em Produtos de Origem Animal, entre outros assuntos. Durante dois dias, o evento, que contou com o apoio do MAPA/SC, Cidasc e CAV/Udesc reuniu um público de 200 pessoas. **PÁGINA 4**

PROCESSOS

CRMV-SC normatiza Defensoria Dativa

Qualquer profissional regularmente inscrito no CRMV-SC poderá realizar a defesa do denunciado em processos éticos. A medida é válida para os casos em que o denunciado não apresentar defesa ou não for localizado. Inscrições abertas no site do Conselho. **PÁGINA 3**

COMISSÕES

Med. Vet. assume CCZ de Florianópolis

Pela primeira vez um Médico Veterinário assume a Diretoria do Centro de Controle de Zoonoses da Capital. Os desafios que Fábio Indá tem pela frente são muitos, entre eles dar visibilidade ao Médico Veterinário como profissional da Saúde Pública. **PÁGINA 6**

9 de Setembro Dia do Médico Veterinário

O Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina parabeniza todos Médicos Veterinários pela passagem do seu dia. Parabéns a todos estes profissionais pela sua dedicação e coragem para enfrentar os desafios desta tão nobre carreira.

Melhor estrutura para fiscalização

PATRICIA RODRIGUES

Para atender com maior agilidade e melhor estrutura, o Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina adquiriu seis novos veículos que farão parte da frota da equipe de fiscalização. **PÁGINA 5**

Há aproximadamente um ano, este Conselho pensou em dar seguimento aos programas de Educação Continuada. Surgiu então, a ideia de realizarmos um seminário estadual na área de Defesa Sanitária Animal. Amadurecemos o assunto, buscamos parceiros, reunimos um grupo seleto de palestrantes no evento que reuniu cerca de 200 profissionais em Lages, no mês de agosto. O I Seminário Catarinense de Defesa Sanitária Animal foi um grande aprendizado e um momento para aumentar nosso *networking*.

Paralelamente também estamos realizando em todas as regiões do Estado os últimos seminários de RT – Módulo Básico deste ano. Já passamos por Lages, Itapiranga, Blumenau e Canoinhas e até o fim de 2012 serão realizados outros três seminários nas cidades de Xanxerê, Tubarão e Araquari. A programação inclui assuntos de extrema importância para os profissionais que irão exercer RT e para aqueles que nunca participaram deste módulo.

Nesta edição, destaque para dois Médicos Veterinários: Fábio Indá, que assumiu o CCZ de Florianópolis, o que foi uma conquista para nossa categoria, pois esta é a primeira vez que um profissional da área assume a direção do CCZ da Capital e Marcos Antônio Zordan, presidente da Ocesc, que neste ano Internacional das Cooperativas, fala sobre a importância do Médico Veterinário estar preparado para atuar em diversas frentes de trabalho.

Para estes profissionais o CRMV-SC deseja muito sucesso em seus desafios e a todos os Médicos Veterinários nossos parabéns pela passagem do dia 9 de setembro – Dia do Médico Veterinário.

Um abraço!

MOACIR TONET

Médico Veterinário - 0837/VP
Presidente - CRMV-SC

CRMV-SC flagra campanha de esterilização irregular

O CRMV-SC tem recebido denúncias de campanhas de esterilização realizadas em escolas, consultórios e até mesmo em residências, onde não são respeitadas as condições mínimas de higiene e bem-estar dos animais, inclusive sendo realizadas por pessoas não habilitadas ou profissionais e estudantes procedentes de outros Estados.

Em julho, a equipe de fiscalização do CRMV-SC flagrou uma campanha de esterilização de cães e gatos realizada sem a autorização do Conselho no Centro Comunitário da cidade de Alfredo Wagner. Os responsáveis pelo evento foram notificados. Cerca de 20 animais chegaram a ser castrados. O CRMV-SC tomará as medidas cabíveis e alerta a todos os profissionais e entidades, sejam clí-

nicas, ONGs, Prefeituras, entre outros, que tenham interesse em realizar campanhas de esterilização, que procurem o CRMV-SC para orientação e autorização do seu evento.

Todo evento realizado com animais no Estado de Santa Catarina deve ainda ter a autorização da Secretaria de Saúde e da Secretaria da Agricultura, uma Anotação de Responsabilidade Técnica homologada pelo CRMV-SC, entre outras documentações conforme a natureza do evento. No caso específico de programas de controle populacional, a Resolução CFMV 962/2010 precisa ser observada. O Conselho recomenda que o projeto seja encaminhado com o máximo de antecedência para que seja analisado em Sessão Plenária.

Novos selecionados para intercâmbio

Os acadêmicos de Medicina Veterinária Ary Sgarioni Jr. e Claudia Rosenbrock Ruf embarcaram no último dia 2 de agosto rumo à Europa. Eles foram selecionados a participarem do convênio entre o CRMV-SC e o Conselho Galego de Colégios Veterinários, na Espanha. A previsão de retorno é dia 31 de outubro. Os candidatos farão um estágio na área de pequenos animais na Clínica Veterinária Del Sol, em La Coruña. O convênio permite a participação em simpósios, seminários, visitas técnicas e estágios em instituições renomadas. Todos os custos ficam a cargo dos candidatos, porém por intermédio do Convênio, os profissionais brasileiros recebem um atendimento diferenciado ao chegarem à Europa.

Apoio ao PL para o Dia do Zootecnista

O CRMV-SC encaminhou ao Deputado Federal Zequinha Marinho (PSC-PA) um ofício manifestando-se solidário ao Projeto de Lei que o referido parlamentar está preparando e que institui o Dia 13 de maio como o Dia do Zootecnista. Apesar da data já se comemorada, ela ainda não faz parte do calendário oficial por não existir uma lei que a institua.

Em 2011, o CRMV-SC apoiou o Projeto de Lei para a criação do Dia do Zootecnista em Chapecó, uma das principais cidades do agronegócio catarinense, onde os profissionais também comemoram seu dia em 13 de maio.

EXPEDIENTE

INFORME CRMV-SC

RODOVIA ADMAR GONZAGA, 755
3º ANDAR - 88034-000 –
ITACORUBI
FLORIANÓPOLIS/SC - (48) 3232-
7750
WWW.CRMVSC.ORG.BR
IMPrensa@CRMVSC.ORG.BR

JORNALISTA RESPONSÁVEL
PATRÍCIA RODRIGUES (DRT/SC
01058)

IMPRESSÃO GRÁFICA COAN

TIRAGEM 5 MIL EXEMPLARES
GESTÃO 2011-2014

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE: Méd. Vet. Moacir
Tonet - CRMV-SC nº 0837
VICE-PRESIDENTE: Méd. Vet. Beatriz
de Felipe Peruzzo - CRMV-SC
nº 2127
SECRETARIA-GERAL: Méd. Vet.
Carla Zoche - CRMV-SC nº 3220
TESOUREIRO: Méd. Vet. Pedro
Jeremias Borba - CRMV-SC nº 0285
CONSELHEIROS EFETIVOS
ZOOTECNISTA Amir Dalbosco -
CRMV-SC nº 0026
MÉD. VET. Henry Antônio Carlesso
- CRMV-SC nº 0494
MÉD. VET. Jorge Alberto Gurrulat da
Costa - CRMV-SC nº 1541
MÉD. VET. José Alves da Silva -

CRMV-SC nº 0513
MÉD. VET. Michel Tavares Q.
Milcent Assis - CRMV-SC nº 2502
MÉD. VET. Silas Cuneo Amaral -
CRMV-SC nº 0777
CONSELHEIROS SUPLENTE
MÉD. VET. Ederson Bisognin
Bortolotto - CRMV-SC nº 2503
MÉD. VET. Eliana Renuncio
Bodanese - CRMV-SC nº 1793
MÉD. VET. Marcelo Henrique Puly
da Silveira - CRMV-SC nº 1646
MÉD. VET. Ody Hess Gonçalves -
CRMV-SC 1882
MÉD. VET. Sérgio Silva Borges -
CRMV-SC nº 1724
MÉD. VET. Susanne Werner
Cordova - CRMV-SC nº 2077

CRMV-SC normatiza Defensoria Dativa aos processos éticos

O CRMV-SC expediu em 17 de agosto de 2012 a Resolução nº 088/2012, que normatiza a defensoria dativa para os processos éticos catarinenses. Tal medida foi tomada nos casos de processos éticos em que o denunciado não foi localizado ou não apresentou sua defesa. A Resolução se faz necessária para garantir a lisura processual e irá permitir o andamento do processo.

O defensor dativo, que pode ser qualquer profissional regularmente inscrito no CRMV-SC, tem a incumbência de realizar a defesa quando o denunciado não for encontrado ou não oferecer defesa. Sendo assim, o defensor dativo é a figura da mais alta relevância ao processo ético, pois garante a higidez do processo ético e a proteção dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

A designação de defensor dativo é amplamente democratizada, pois recairá sobre os profissionais que se inscreverem na Lista de Defensores Dativos do CRMV-SC. A inscrição é aberta a todos os profissionais e pode ser feita por meio do formulário disponibilizado no site do CRMV-SC (www.crmvsc.org.br). O exercício da defensoria dativa será remunerado e o valor será estabelecido em cada processo ético em Sessão Plenária do

DIVULGAÇÃO

Medida será tomada nos casos em que o denunciado não for encontrado ou quando não apresentar defesa

CRMV-SC, com fundamento no grau de zelo do profissional; no lugar onde ocorreu a prestação do serviço; na natureza e na importância da causa; no trabalho realizado pelo defensor e no tempo exigido para o seu serviço.

O valor da remuneração será calculado com base na Unidade Referencial de Honorários (URH) publicada pela OAB-SC

e terá como teto o valor correspondente a 5 URHs. Contudo, a importância da defensoria dativa transpassa em muito o valor da remuneração, pois se constitui em relevante figura processual que auxiliará o CRMV-SC em sua importante missão institucional de guardar a ética profissional. A Resolução está disponível no site do Conselho.

Trechos da Resolução CRMV-SC Nº 0088/2012

- ✓ Somente poderá ser designado defensor dativo em processo ético-profissional Médico Veterinário ou Zootecnista regularmente inscrito no CRMV-SC ou advogado inscrito na OAB-SC;
- ✓ Os serviços da Defensoria Dativa serão prestados aos Denunciados que se enquadrem no art. 22 da CFMV nº 875/2007;
- ✓ Para os fins da remuneração de que trata esta Resolução, o CRMV-SC consignará, anualmente, no orçamento da Autarquia, dotação específica para atender os encargos decorrentes;
- ✓ A remuneração do Defensor Dativo, nomeado na forma estabelecida nesta Resolução, será fixada pelo Plenário do CRMV-SC, no acórdão de julgamento, até o limite de 5 URH's conforme tabela divulgada pela OAB-SC, atendidos os seguintes requisitos: o grau de zelo do profissional; lugar onde ocorreu a prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo defensor e o tempo exigido para o seu serviço;
- ✓ Constituem-se em obrigações fundamentais para a percepção da remuneração ora instituída: patrocinar a causa do beneficiário com zelo e diligência, usando de todos os recursos técnico-ético-profissionais, até decisão final; não receber do beneficiário qualquer remuneração a título de honorários profissionais.

CRMV-SC promove I Seminário Catarinense de Defesa Sanitária Animal

PATRICIA RODRIGUES

Profissionais experientes que atuam na área de Defesa Sanitária Animal reuniram

um público de aproximadamente 200 pessoas, no CAV/Udesc, durante o I Seminário Catarinense de Defesa Sanitária Animal. O evento, promovido pelo CRMV-SC, com o apoio do MAPA, Cidasc e Udesc/CAV, foi realizado entre os dias 23 e 24 de agosto. Médicos Veterinários, Zootecnistas e acadêmicos participaram do encontro que incluiu em sua programação temas como a Evolução da Pecuária Catarinense, Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal e o Papel da Universidade no Apoio ao Sistema de Defesa Sanitária Animal entre outros assuntos. “Reunimos profissionais renomados para dividir seus conhecimentos, abordando a realidade da defesa sanitária animal em Santa Catarina. Esperamos contribuir para que o nosso Estado fortaleça seu status de referência para o Brasil”, disse o Presidente do CRMV-SC, Med. Vet. Moacir Tonet.

Um dos pontos altos do evento foi a Mesa Redonda: Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, coordenada pelo Med. Vet. Roberto Lenocho, Doutor em Ciência Animal na área de Sanidade Animal. A mesa redonda contou ainda com a participação do Med. Vet. Michel Tavares Milcent Assis (MAPA) e do Med. Vet. João Manuel Bazetti (Cidasc). O SUASA, criado em 2006 é um novo modelo de sistema de inspeção, organizado de forma unificada, descentralizada e integrada entre a União os Estados e os municípios através de adesão volun-

Profissionais experientes em suas áreas de atuação compartilharam conhecimentos durante o evento

tária. “Seu objetivo é garantir a saúde e a sanidade dos animais e vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços, a qualidade e a segurança dos produtos finais para o consumo. Passados seis anos esperamos sua efetiva concretização e contribuição para o consumo consciente, banindo assim o abate clandestino no país”, avalia Lenocho.

O Zootecnista André Barbosa explanou sobre a importância da fiscalização de produtos destinados à alimentação animal visando à defesa agropecuária e a inocuidade dos produtos consumidos pela população brasileira, garantido assim o acesso aos mercados importadores. Barbosa também falou sobre a importância do RT nos estabelecimentos que fabricam produtos destinados à alimentação animal. “O Decreto 6.296/2007, que regulamenta a fabricação de produtos destinados à alimentação animal, trouxe um novo paradigma para a área de nutrição animal. Nele, os RTs respondem por qualquer infração cometida pelo estabelecimento. Decorrentes deste Decreto, as demais normas editadas pelo MAPA seguiram a mesma filosofia”, disse.

O Gerente Estadual de Defesa Sanitária Animal da Cidasc, Méd. Vet. Flávio Pereira Veloso, explicou como o Estado atua nesta área. “Trabalhamos com uma estrutura robusta e constantemente aprimorada, imprimindo mais eficiência no sistema de vigilância veterinária. Destaco as parcerias com o Ministério da Agricultura, o Ministério da Pesca e o Banco Mundial, com os quais são mantidos convênios para cooperação mútua”, disse. Flávio falou ainda sobre os

desafios do Estado em alcançar padrões sanitários ainda maiores que os já atingidos. Santa Catarina é declarada zona livre da Febre Aftosa sem vacinação, Pestes Suínas Clássica e Africana, Doença de Newcastle e Influenza Aviária na avicultura comercial, Mormo e Encefalopatia Espongiforme Bovina.

O Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura em Santa Catarina, Med. Vet. Fernando Freiberg, falou sobre a evolução da pecuária catarinense que atualmente se destaca internacionalmente na produção e exportação de carne e derivados de aves e suínos. “O sistema portuário catarinense responde por mais de 40 % dos produtos de origem animal congelados que são exportados pelo Brasil, no entanto, o modelo logístico nacional tido atualmente como um entrave ao desenvolvimento do País passará por uma fase importante de modernização através de concessões públicas”, diz Freiberg.

A Med. Vet. Loredana D’Ovidio, Mestre em Inspeção de Produtos de Origem Animal, palestrou sobre as consequências dos resíduos e contaminantes químicos em produtos de origem animal para a saúde

“Esperamos contribuir para que SC fortaleça seu status de referência em defesa sanitária”

Moacir Tonet

pública e as medidas de controle e fiscalização estabelecidas pelo MAPA. O Seminário encerrou com a participação do Med. Vet. Luiz Mário Fedalto, e Professor da UnC – Canoinhas, que levantou uma ampla discussão sobre o papel das universidades no apoio aos Sistema de Defesa Sanitária Animal.

No combate ao exercício ilegal

Tratado somente como contravenção penal, o exercício ilegal da Medicina Veterinária e da Zootecnia, desmotiva os profissionais e a população a registrar denúncias. Atualmente, apenas o exercício ilegal da Medicina, Odontologia e Farmácia são tipificados como crimes no Código Penal Brasileiro. Para todas as outras profissões, trata-se de contravenção penal. O artigo 47 do decreto-lei 3.688 de 1941 prevê para esses casos uma pena de prisão simples, de 15 dias a três meses, ou multa. Talvez por causa de sua pequena gravidade para a lei, esse tipo de delito seja tão comum.

Embora os Conselhos Profissionais não possuam competência legal para a aplicação de sanções administrativas diretamente a pessoas físicas que não sejam profissionais inscritos, nada impede que o CRMV-SC realize as devidas representações inerentes ao exercício ilegal da profissão junto às Delegacias de Polícia e ao Ministério Público. O CRMV-SC tem buscado informações e elementos que comprovem práticas irregulares e através do serviço de fiscalização e assessorias, com a colaboração de diversos médicos veterinários e zootecnistas, está identificando quem exerce ilegalmente a profissão e continua denunciando à Polícia e ao Ministério Público as irregularidades observadas.

“Em algumas ações recentes denunciávamos uma falsa profissional no município de Alfredo Wagner e outros falsos profissionais ligados à indústria

de laticínios, que realizam atendimento a campo, aplicando hormônios e antibióticos indiscriminadamente, colocando em risco a saúde da população, bem como praticando maus tratos aos animais ao realizar procedimentos cirúrgicos sem anestesia e ocasionando sofrimento desnecessário chegando em alguns casos ao óbito”, informou o Presidente do CRMV-SC, Med. Vet. Moacir Tonet. Para o sucesso dessas ações, é fundamental a colaboração da sociedade e dos profissionais no que se refere às denúncias ao Conselho e no fornecimento de provas que comprovem a denúncia.

“Mesmo que a primeira punição seja o pagamento de cestas básicas, na reincidência a pena aumenta. O simples fato de sofrer uma ação por exercício ilegal, inibe muitas vezes a ação da pessoa que foi denunciada, portanto continuamos estimulando que as pessoas que passam por essa situação formalizem a denúncia para que o CRMV-SC possa auxiliar na tomada de providências”, orienta o Assessor Técnico e de Fiscalização, Med. Vet. Fernando Zacchi.

Zacchi alerta ainda para que nunca seja armado um flagrante, o que também não é papel dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária. “ - Procure a Autoridade Policial no seu município, exponha o fato e solicite acompanhamento até o local. Neste caso, a própria Autoridade Policial poderá lavrar o flagrante”, explica Zacchi.

Ao presenciar ou tomar conhecimento de práticas de exercício ilegal, você pode tomar as seguintes providências: (quanto mais itens conseguir cumprir, maiores são as chances de sucesso da ação)

✓ Registrar um Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia, acompanhado de testemunha e encaminhar ao CRMV-SC.

✓ Encaminhe para o CRMV-SC um relato, contendo nome, endereço, CPF e RG do informante; o nome e endereço da pessoa ou estabelecimento que está praticando o exercício ilegal da profissão; e a denúncia, datada e assinada.

✓ Nos casos de atendimento a animais que foram previamente atendidos por práticos, solicite ao responsável pelo animal uma declaração nos moldes do item descrito acima, ou peça para preencher o formulário disponível no link http://www.crmvsc.org.br/pdf/ficha_exercicio_ilegal.doc.

✓ Reúna o maior número de elementos possíveis como fotos, recibos, atestados, receiptários, propagandas, remeta ao CRMV-SC ou entregue ao Fiscal da sua Região.

CRMV-SC renova frota da equipe de fiscalização

Justamente para atender com ainda mais agilidade e melhor estrutura todo o território catarinense, o Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina - CRMV-SC- adquiriu seis novos veículos que farão parte da frota da equipe de fiscalização.

Os veículos estarão presentes em duas novas cidades através da Delegacia do Vale do Itajaí, localizada em Rio do Sul, e da Delegacia do Meio-Oeste, em Joaçaba, subindo para seis o número de Delegacias Regionais no Estado. O CRMV-SC está investindo na melhoria de sua estrutura para fiscalizar o exercício profissional no Estado de Santa Catarina e combater práticas irregulares.

Novos veículos irão promover maior agilidade e melhor estrutura para equipe de fiscalização do CRMV-SC

PATRICIA RODRIGUES

Médico Veterinário assume CCZ de Florianópolis

Pela primeira vez um profissional da Medicina Veterinária assume o Centro de Controle de Zoonoses da Capital. Fábio de Melo Chaves Indá assumiu a Diretoria do CCZ em julho deste ano, natural do Rio de Janeiro e graduado pela Universidade Federal Fluminense, Fábio afirma que os desafios são muitos, entre eles sensibilizar os gestores de saúde em Florianópolis para a inserção do Médico Veterinário no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), e dar visibilidade ao Médico Veterinário como profissional de saúde pública.

PATRICIA RODRIGUES

Desde julho deste ano, o Médico Veterinário, Fábio de Melo Chaves Indá assumiu a Diretoria do Centro de Controle de Zoonoses da Capital, um fato inédito. Apesar das dificuldades, como a falta de investimentos e de qualificação profissional na área de saúde pública e o desconhecimento da população e até mesmo dos Médicos Veterinários em relação ao trabalho desenvolvido, Fábio tem muitos objetivos frente ao CCZ.

Entre ele está a implantação de laboratórios para diagnóstico laboratorial de doenças zoonóticas, como a leptospirose canina e a toxoplasmose. “Atualmente nós fazemos apenas o exame sorológico para Leishmaniose Visceral Canina (LVC), em parceria com o Laboratório Municipal de Florianópolis (LAMUF). Nesse sentido, podemos intensificar o monitoramento das principais antropozoonoses e promover pesquisas relacionadas a zoonoses”. Indá pretende também sensibilizar os gestores de saúde em Florianópolis para a in-

serção do Médico Veterinário no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), promover capacitação técnica aos profissionais do CCZ, intensificar as ações educativas e dar visibilidade ao médico veterinário como profissional de saúde pública.

Fábio acredita que a decisão tomada pela prefeitura em nomear um Veterinário para a Diretoria do CCZ foi impulsionada pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo corpo técnico veterinário do CCZ, principalmente pelas ações desencadeadas no combate a LVC, iniciadas em 2010. Naquele momento, foram notificados e confirmados os primeiros casos autóctones de LVC em Santa Catarina. Foi elaborado o Plano de Contingência da LV em Florianópolis em conjunto com o Ministério da Saúde e com a Diretoria de Vigilância do Estado (DIVE-SC), com o objetivo de nortear as ações de prevenção e controle da enfermidade, através da realização de inquéritos sorológicos caninos,

medidas sanitárias e orientações educativas à população. “A união de esforços e a rápida estratégia de organização permitiram que a expansão da LVC fosse controlada, o que contribuiu positivamente para o reconhecimento do trabalho dos Médicos Veterinários do CCZ, perante a Secretaria Municipal de Saúde e ao Ministério da Saúde, que considerou Florianópolis como referência no controle da LVC no Brasil”, disse. O CCZ de Florianópolis é um caso a parte em relação aos outros do país, onde o trabalho de controle populacional de cães e gatos é realizado pela Diretoria de Bem-Estar Animal (DIBEA), desvinculado do Centro de Controle de Zoonoses. “A implementação eficiente desta ação exige além do conhecimento técnico, conhecimento sobre dados epidemiológicos que é de domínio do Médico Veterinário. Creio que a saúde pública perde muito quando a gestão dos programas fica sob o comando de profissionais alheios a sua área de atuação”, finaliza.

Principais atividades do CCZ

- Programa de Controle de Animais Sinantrópicos e Peçonhentos
- Programa de Prevenção e Controle da Raiva
- Programa de Prevenção e Controle da Leishmaniose Visceral Canina
- Investigação Epidemiológica dos Casos humanos de Leishmaniose Tegumentar Americana
- Investigação epidemiológica dos Casos de Leptospirose Humana
- Programa de Prevenção e Controle da Dengue
- Programa de Prevenção e Controle da Febre Amarela

Temas como políticas para o desenvolvimento da pecuária, mudanças climáticas e produção animal foram debatidos durante o evento que reuniu 1,2 mil participantes

49ª Reunião Anual da SBZ defende intensificação da pecuária

Com o tema "A produção animal no mundo em transformação" a 49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia (SBZ), realizada entre os dias 23 e 26 de julho, em Brasília-DF, reuniu 1,2 mil inscritos. Técnicos, pesquisadores, professores e estudantes das diversas áreas da produção animal discutiram como o conhecimento científico pode contribuir com o desenvolvimento sustentável dos setores produtivos do país.

O pesquisador da Embrapa e coordenador da Reunião Alexandre Barcellos destacou a posição do Brasil no mercado mundial de alimentos e disse que o aumento na produtividade e os resultados da agropecuária estão alicerçados no conhecimento das universidades e das instituições de pesquisa e de extensão rural, além da capacidade empreendedora dos produtores. "Mas ainda temos desafios. Apenas 8% dos produtores detêm 85% da produção nacional. Imagine o efeito multiplicador que pode ter a disseminação do conhecimento e a transferência de tecnologias, o que também depende de uma assistência técnica qualificada. Temos a concepção de que fazemos parte da realidade da agropecuária brasileira", afirmou.

Durante a reunião foi assinado um protocolo de intenções entre a Embrapa e a SBZ com o objetivo de ampliar os esforços de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Ao todo foram 84 palestras, 19 delas ministradas por profissionais

49ª edição da Reunião Anual da SBZ contou com a participação de 84 palestrantes, 19 deles de outros países

estrangeiros. Destaque para as palestras sobre Produção Animal que tiveram um foco comum: a intensificação da pecuária. Na avaliação do assessor técnico da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Casa Civil, Arnaldo Carneiro Filho este processo permitirá novos arranjos produtivos no Brasil. Com ganho de produtividade e aumento da taxa de lotação, a expectativa é que sejam liberados 72 milhões de hectares, o que permitirá um redesenho da paisagem agrícola na-

cional", ressaltou.

Conforme projeções econômicas para 2020 feitas pelo Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône) o pasto irá ceder área em todas as regiões brasileiras como resultado da maior intensificação da atividade e pela competição com a agricultura. Mudanças Climáticas relacionadas com a pecuária e políticas para o desenvolvimento de setor também tiveram um amplo espaço para debate durante o evento.

Sociedade Brasileira de Zootecnia tem novo presidente

Durante o evento o Prof. Almir Vieira, presidente Sociedade Brasileira de Zootecnia na gestão 2011/2012, empossou vice-presidente, Prof. Alexandre Barcellos, como atual presidente que exercerá o cargo durante a gestão 2012/2013. A próxima Reunião Anual da SBZ já tem data e local. "A integração de conhecimento na produção animal" será o tema da 50ª Reunião Anual da Sociedade, que acontecerá entre os dias 22 e 25 de julho de 2013, no Royal Palm Plaza Resort, em Campinas, São Paulo.

Prof. Alexandre Barcellos (dir.) assume gestão 2012/2013

Leishmaniose em pauta

Com o intuito de se inteirar quanto ao momento atual da Leishmaniose Visceral Canina no Estado, o Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina realizou no dia 12 de julho um debate sobre o assunto. Representantes do Estado e do município relataram casos, explicaram as condutas de notificação e falaram sobre as ações que estão sendo executadas.

Maria Ernestina Makowiecky, da Gerência de Zoonoses e Entomologia -DIVE- SC, explicou que depois dos casos confirmados em 2010, a Vigilância Epidemiológica do Estado começou um trabalho intenso de investigação que permanece até hoje nos municípios onde há suspeita da doença. Porém, ainda não existe uma certeza em relação ao vetor de transmissão, mas o principal suspeito é *lutzomyia neivai*. O Médico Veterinário e Diretor do CCZ de Florianópolis, Fábio Indá, também falou sobre as ações que estão sendo realizadas na Capital como o inquérito sorológico canino, trabalho onde é feita a coleta de material dos animais. Em 2010, foram diagnosticados 12 casos a partir deste censo, em 2011 outros 15 e este ano já foram 5 casos reagentes para LVC, a maioria na região da Lagoa

PATRICIA RODRIGUES

da Conceição. Os animais foram eutanasiados. A DIVE-SC está finalizando o Guia de Orientação para a Vigilância da Leishmaniose Visceral Canina, que envolve temas desde a suspeita, controle, notificação e outros procedimentos. Para o Presidente do CRMV-SC, Moacir Tonet, o assunto é delicado uma vez que a recomendação para esta zoonose é a eutanásia. “A população em geral não está preparada, é fundamental que seja feito um trabalho de educação, que precisa começar nas escolas”, disse Tonet. O debate

contou ainda com a participação de Eida Maria França, da Gerência de Zoonoses e Entomologia; da Méd.Vet. Deolinda Carneiro, Pesquisadora do IFC-Araquari; do Med. Vet. Luiz Afonso Erthal, da AN-CLIVEPA SC e da Comissão de Pequenos Animais do CRMV-SC; da Med. Vet. Renata Goncalves Meditsch, da Comissão de Saúde Pública do CRMV-SC, do Méd. Vet. Fernando R. Zacchi, Assessor Técnico e de Fiscalização do CRMV-SC e do Méd. Vet. Paulo A. Zunino, então Assessor Técnico e de Gabinete do CRMV-SC.

CRMV-SC discute fiscalização em Clínicas e Consultórios Veterinários

Nos últimos anos o CRMV-SC vem discutindo com os profissionais que atuam em estabelecimentos caracterizados como Hospital, Clínica ou Consultório Veterinário sobre as exigências relacionadas com a estrutura mínima para o seu funcionamento. A norma que trata sobre o assunto é a Resolução CFMV 670/2000, e com base nela, o CRMV-SC vem exigindo a adequação de todas as clínicas no processo de seu Registro, sendo feita análise da Planta Baixa e vistoria antes da liberação para funcionamento. Entretanto, nem todos os estabelecimentos cumprem na totalidade o que preconiza a Resolução, e ainda existe uma grande diferença nos critérios exigidos pela Vigilância Sanitária Municipal em diferentes regiões do Estado. Paralelo a esta situação, as propa-

gandas, os anúncios e as inscrições nas fachadas dos estabelecimentos também não cumprem normas específicas, dando a entender que o estabelecimento realiza serviços dos quais não está legalmente habilitado. Uma situação que foi discutida é a presença de consultórios, dentro de estabelecimentos comerciais que não possuem registro junto ao CRMV-SC e que inclusive ingressam com ação contra o Conselho, alegando não ter atividade veterinária, e disponibilizando um espaço impróprio para atendimento veterinário nos fundos do estabelecimento. As ações para tentar padronizar a fiscalização nos estabelecimentos continuam sendo discutidas entre a Diretoria do CRMV-SC, Assessoria Técnica e as Comissões de Pequenos Animais e Publicidade Propaganda e Marketing.

Conselho solicita ao Estado vacina contra Gripe A

Preocupado com a situação epidemiológica do vírus H1N1, o CRMV-SC encaminhou um ofício à Secretária Estadual de Saúde alertando para a importância da vacinação aos profissionais que atuam diretamente com animais suscetíveis ao mesmo vírus. Em todo processo de produção estão envolvidos os Zootecnistas e de forma mais ampla, os Médicos Veterinários, os quais participam diretamente também na industrialização e comércio de produtos de origem animal, com ênfase àqueles relacionados à suinocultura, devido ao fato da possibilidade de contaminação ao animal e, por meio deste, de todo um plantel. O pedido não foi atendido, pois segundo a Vigilância Epidemiológica a quantidade disponibilizada para o Estado foi suficiente apenas para atender os grupos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

9 de Setembro
Dia do Médico Veterinário

Responsável pela saúde e bem-estar das pessoas e dos animais

CRMVsc
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA
VETERINÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Intercâmbio na Espanha

Uma experiência única e inesquecível é como o Médico Veterinário Albert Lang descreve sua passagem pela Europa onde uniu o útil ao agradável, ou melhor, trabalho e lazer. Lang foi um dos selecionados pelo CRMV-SC a participar do convênio estabelecido com o Conselho Galego de Veterinários, que viabiliza a participação de Médicos Veterinários, professores e acadêmicos da última fase do curso de graduação em simpósios, seminários, visitas técnicas e estágios em instituições espanholas.

Durante duas semanas ele fez o curso de microcirurgia no Complexo Hospitalar de Ourense, na Galícia, comunidade autônoma da Espanha que abrange ainda as províncias de La Coruña, Pontevedra e Lugo. A Galícia

é conhecida pelo seu litoral bem recortado, rochoso, com uma grande quantidade de peixes e frutos do mar, considerados os melhores da Espanha e muito apreciados em toda a Europa. Depois de se aperfeiçoar nas técnicas de microcirurgia, Albert aproveitou a oportunidade para conhecer algumas das regiões mais belas do mundo.

“A receptividade dos colegas Médicos Veterinários nos Colégios Veterinários de Ourense e Lugo, bem como na Universidade e no Hospital Veterinário de Lugo foi ótima. Só tenho a agradecer pela oportunidade que tive de acompanhá-los em seus projetos e tarefas diárias. Participar do trabalho desenvolvido por outros colegas permite abrir os horizontes sobre a nossa atividade, profissão, e até mes-

mo sobre o nosso lugar no mundo”, diz Lang. Todos os custos ficam a cargo dos candidatos, porém, em virtude do convênio, os Médicos Veterinários brasileiros recebem um tratamento diferenciado ao chegarem à Espanha, recebendo toda a orientação referente às opções de hospedagem de acordo com sua disponibilidade financeira, alimentação e questões técnicas relacionados com o estágio.

Em média, os custos com alimentação e hospedagem variam entre 600 a 1000 Euros por mês. “Talvez o que mais assuste alguns colegas seja a língua, mas na Galícia é possível se comunicar muito bem. Já não diria o mesmo de Portugal ou de outras regiões da Espanha”, garante. Interessados em maiores informações sobre o convênio: www.crmvsc.org.br.

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

Catedral de Santiago de Compostela, construída entre os anos 1075 e 1128, um centro milenar de peregrinação cristã

La Coruña, Capital da Galícia, oferece uma série de opções em espetáculos, cassinos, teatro e festivais, além de uma beleza ímpar

Proximidade com Portugal é outro fator favorável ao turismo, em poucas horas é possível estar no país vizinho - nesta foto a cidade de Porto

Certificado em Microcirurgia Experimental Básica

Aula prática de microcirurgia em Ourense

Guimarães, cidade histórica de Portugal

Cooperativismo comemora seu ano internacional com bons números

O Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) e Diretor de Agropecuária da Cooperativa Central Aurora Alimentos, o Médico Veterinário Marcos Antônio Zordan comemora a boa fase do cooperativismo no Brasil. Em especial neste ano, em que a Organização das Nações Unidas declarou como Ano Internacional das Cooperativas, com o slogan "As Cooperativas constroem um mundo melhor". Santa Catarina se destaca nesta atividade que é responsável por aproximadamente 10% da produção total do Estado, gerou R\$ 725 milhões em impostos em 2011 e envolve mais 1,2 milhões de famílias catarinenses.

DIVULGAÇÃO

Informativo CRMV-SC - O Cooperativismo vive um bom momento em Santa Catarina?

Marcos Antônio Zordan - Sim, apesar das dificuldades da economia mundial, as cooperativas crescem entre 10% e 20% ao ano.

CRMV-SC - Hoje a atividade cooperativista no Estado envolve grande parte da população catarinense, na sua avaliação quais fatores levaram a este resultado?

Zordan - Mais de 1,2 milhão de famílias estão associadas ao cooperativismo, o que significa que mais da metade da população catarinense está vinculada às cooperativas de todos os ramos. Chegamos a esse resultado porque as pessoas perceberam que o cooperativismo é um caminho para o desenvolvimento, para a superação de dificuldades, para o crescimento pessoal e material, para o aumento da renda e para a elevação da qualidade de vida.

CRMV-SC - Quantas cooperativas possui a Osesc?

Zordan - A OCECSC tem 261 cooperativas inscritas.

CRMV-SC - O senhor é o primeiro Médico Veterinário a assumir a presidência da Osesc? E como o senhor percebe esta categoria no meio cooperativista?

Zordan - O Médico Veterinário tem se destacado nas mais diversas áreas, isso vem com o interesse de ampliar conhecimento, interessar-se pelo todo, sair dos limites da profissão. Em 1985, quando assumimos a presidência de uma cooperativa, já causamos surpresa para alguns, porque teoricamente um Médico Veterinário deveria ficar prestando assistência de campo e deixar a parte administrativa para outros que entendessem do assunto. O que temos que fazer é trabalharmos com visão do todo, independente da atividade. A categoria tem que se expor mais, colocar-se a prova, interessar-se com o dia a dia do mundo que vivemos, seja nas circunstâncias que for e nunca se acomodar. Os cargos, as oportunidades surgirão e para isso temos que estar preparados. Acredito que tive a oportunidade de ser o primeiro veterinário a presidir uma cooperativa agropecuária, fundar e presidir por duas gestões uma cooperativa de crédito, presidir a Federação das

Cooperativas e agora presidir a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC). Hoje temos colegas veterinários presidente de cooperativas ou assumindo altos cargos nas empresas, isso prova que precisamos estar preparados para o mundo.

CRMV-SC - No ano internacional das Cooperativas qual é a sua leitura sobre esta atividade no Brasil, e quais foram as mudanças mais significativas nos últimos anos?

Zordan - Houve um extraordinário crescimento das cooperativas dos ramos agropecuário, transportes, crédito, saúde e infraestrutura. Outros ramos ainda precisam de estímulos. O mais importante é a maturidade que o cooperativismo brasileiro alcançou nos últimos 30 anos com a conquista da autogestão, ou seja, a gestão das cooperativas não tem mais a interferência direta do governo. Outra conquista foi o surgimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, o SESCOOP, responsável por uma gigantesca ação de formação e requalificação profissional de dirigentes, funcionários e associados das cooperativas brasileiras.

A grave crise da suinocultura

Uma das piores crises já vividas na suinocultura brasileira ainda levará muito tempo para se recuperar. Em Santa Catarina são oito mil suinocultores enfrentando uma conjuntura difícil. A crise iniciou em julho e foi causada por um aumento do preço das commodities utilizadas na alimentação dos animais, milho e soja, e também a um aumento da produção sem que o consumo do mercado brasileiro tenha acompanhado o crescimento. A produção de suínos iniciou no país há mais de 50 anos. Santa Catarina foi o estado pioneiro, e até hoje carrega a responsabilidade de ser o maior produtor do Brasil. A Região Oeste, berço da atividade, além de concentrar a maior produção, também é sede de três das maiores agroindústrias do país. O Estado é responsável por 25% da produção nacional de carne suína e participa com 28% das exportações brasileiras de acordo com o a Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS).

A suinocultura catarinense está em crise desde 2008, altos e baixos favoreceram a instabilidade que desde então, não deixou de interferir no faturamento dos suinocultores. Há um bom tempo, todos assistem o fechamento de pequenas propriedades de suínos no estado, atingindo as consequências mais drásticas, a crise também atinge grandes propriedades, e não é mais uma previsão de futuro, é presente, que agora se espalha por todo o Estado. Na tentativa de ame-

Produtores de todo o Brasil se reuniram em Brasília onde participaram de audiência pública e protestaram

nizar a situação a o Governo do Estado aumentou a utilização de carne suína nas refeições oferecidas nas escolas, abrigos e centros de atenção social, hospitais e nos presídios catarinenses. Também produziu campanha publicitária destacando os benefícios da carne suína. E durante um período de 45 dias, isentou o ICMS Interestadual para a saída de suínos vivos, e de carne suína fresca, resfriada ou congelada, a medida deixou de vigorar em 31 de agosto.

Cerca de 700 suinocultores de todo o Brasil se reuniram em Brasília, no mês

de julho, em ato público, quando realizaram uma caminhada entre o Congresso Nacional e o Ministério da Agricultura e participaram de uma audiência pública na Comissão de Agricultura do Senado. Por sua vez o Governo Federal concedeu subvenção à comercialização de suínos vivos, por meio da realização de leilões de Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) ou Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro), no valor de R\$ 0,40/kg. A medida visa garantir o escoamento da produção das regiões produtoras e cobrir os custos de produção do setor.

Retomada das exportações impulsiona mercado

Na avaliação da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca a suinocultura em Santa Catarina começou a reagir. A cotação do animal vivo subiu em todas as regiões e a Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS) aponta que o produtor está recebendo até R\$ 2,70 por quilo de peso vivo. “Os suinocultores chegaram a receber R\$ 1,90 por quilo de peso vivo, com um custo de produção de R\$ 2,57. Estamos muito felizes com a recuperação do setor e pelo fato de termos contribu-

ido com isso”, afirmou o secretário de Estado da Agricultura e da Pesca, João Rodrigues. Outro fator positivo foi a retomada das exportações de carne suína para a Argentina, resultado de um acordo firmado com o Brasil no fim de julho, quando o país embarcou 2.662 toneladas para a Argentina, uma queda de 5% na comparação com julho de 2011. “O volume vendido representa um bom começo”, avalia Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de

Carne Suína – ABIPECS.

Mais uma boa notícia foi que a Rússia manteve a sua participação tradicional, tendo liderado o ranking dos compradores da carne suína brasileira. O Brasil vendeu para o mercado russo 11.854 toneladas ante 3.983 toneladas em julho de 2011. O aumento foi de 198%. Os principais mercados para a carne suína brasileira, em julho, foram: Rússia, Hong Kong, Ucrânia, Angola, Argentina e Singapura.

Pannus: relato de um caso

A Ceratite Superficial Crônica ou Pannus é uma importante afecção inflamatória da superfície ocular de cães que pode levar a cegueira. A doença é mais comum no Pastor Alemão e no Pastor Belga adulto e em menor grau em Dauschaund, Greyhound, Lurcher, Border Collie e outros. O diagnóstico pode ser confirmado mediante o estudo citológico de esfregaço córneo-conjuntival, em que quase sempre se observam exclusivamente linfócitos e células plasmáticas. “A etiologia exata ainda é desconhecida. Propõe-se a participação de eventos imunomediados associados à exposição ao sol em altitudes elevadas, cujos níveis de radiação ultravioleta se encontram elevados”, explica o Médico Veterinário e Mestre em Oftalmologia pela Unesp Emilio Rodrigues Jr.

A doença é caracterizada por uma invasão de tecido conjuntivo sub-epitelial ricamente vascularizado na córnea. A progressão da lesão varia entre indivíduos e a cronicidade pode levar a cegueira, por perda da transparência da córnea. O Pannus é uma desordem crônica progressiva que pode ser controlada de forma clínica ou cirúrgica. Mas não há tratamento que permita a cura. Assim, se a terapia for suspensa, pode ocorrer reincidência de forma mais intensiva. Segundo o Veterinário a Ciclosporina tópica é efetiva para o controle de algumas oftalmopatias imuno-mediadas, podendo ser associada ao uso de dexametasoma.

Emilio, relata o caso de um pastor alemão, macho, 7 anos, com histórico de escurecimento da superfície corneal de ambos os olhos por cerca de 2 anos, com rápida evolução da lesão.

No exame oftálmico foram constatadas alterações, nas superfícies oculares, incluindo discreta hiperemia conjuntival de ambos os olhos. No olho direito constatou-se uma intensa pigmentação na superfície da córnea, principalmente nas regiões entre 14 e 21h e vários vasos sanguíneos. No olho esquerdo, as lesões de pigmentação na córnea eram menores, mas ainda muito perceptíveis, principalmente na região

entre 15 e 21h.

O teste de Schirmer revelou valores de 30 e 25 mm para os olhos direito e esquerdo, respectivamente. Ambos apresentaram reflexos ao teste de ameaça, ofuscamento à luz e reflexos pupilar direto e consensual normais. A biomicroscopia com lâmpada em fenda revelou em ambos os olhos, uma intensa deposição de pigmentos enegrecidos na superfície da córnea. À tonometria de aplanção encontraram-se valores de pressão intraocular de 15 e 19 mmHg nos olhos direito e esquerdo, respectivamente.

“Perante os resultados, a suspeita foi de um caso de Pannus e optamos pelo tratamento clínico com uma pomada a base de Ciclosporina 0,2% com a aplicação de 1 cm do produto na superfície corneal de ambos os olhos, a intervalos regulares de 12 horas, por tempo indeterminado. Durante a avaliação clínica e oftálmica 40 dias após a primeira consulta, constatou-se severa diminuição da pigmentação aderida à córnea nos dois olhos, além da regressão da vascularização. No olho direito ainda notava-se pigmentação em toda superfície ocular, mas com uma menor intensidade antes observada. A vascularização também sofreu uma severa diminuição. Já no olho esquerdo, a melhora foi mais significativa, pois apresentava uma discreta pigmentação na região entre 16h e 20h. Poucos vasos ainda estavam presentes.

“Esta síndrome é progressiva e inflamatória, com um alto poder de cegueira em cães. Por ser auto-imune, o relato ratifica a importância do tratamento com drogas imunossupressoras tópicas. A Ciclosporina 0,2% tópica mostrou-se muito eficiente no controle dos sintomas desta afecção ocular”, conclui o Veterinário.

Este será um dos assuntos que serão discutidos durante II Simpósio de Oftalmologia Veterinária que será realizada entre os dias 16 e 18 de novembro, em Florianópolis. Mais informações através do e-mail: emilioprntovet@gmail.com.

Progressão da lesão varia e pode levar a cegueira por perda da transparência da córnea

Pannus é uma desordem crônica, não existe cura apenas controle para a doença

Olho direito do cão apresentando intensa pigmentação e vascularização na superfície corneal

Olho direito 40 dias após o início do tratamento. Diminuição da pigmentação e da vascularização ao redor da córnea

Olho esquerdo apresentando pigmentação corneal na região entre 15 e 21h. Vascularização também está presente

Olho esquerdo 40 dias após o início do tratamento. No olho contralateral há uma melhora acentuada na pigmentação e vascularização na superfície corneal

Cavalos da PM a serviço do bem

Equinos da Polícia Militar de Santa Catarina que integram o programa de equoterapia ajudam crianças, adolescentes e adultos com deficiência a ter uma vida mais feliz, ativa e com autestima elevada.

Terapia tem reconhecimento do CFM

Suellen, 14 anos, começou a praticar equoterapia com cinco anos, e os benefícios são incontestáveis segundo a família

Entre os 67 equinos que integram a Guarnição Especial de Polícia Militar Montada de Santa Catarina (Gepmon), localizada em São José, na Grande Florianópolis, seis estão destinados ao programa de equoterapia. O projeto, que existe em parceria entre a PM e a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) atende crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais e vem apresentando resultados surpreendentes.

De acordo com o Médico Veterinário responsável pelos equinos da Gepmon, Dauri Losso Junior os animais não têm

raça definida e as idades variam entre 10 e 18 anos. A seleção é feita conforme a índole, mansidão, porte e adaptação ao ambiente. “Semanalmente examinamos os animais para avaliar se há alguma lesão (edemas, escoriações) que possam prejudicar seu desempenho nas sessões ou causar qualquer prejuízo, tanto para o praticante ou ao equino. Além disso, os equitadores comunicam ao departamento veterinário sobre qualquer alteração que se manifeste em uma sessão ou na baía, para que eles sejam prontamente atendidos”, explica Dauri. Os benefícios desta terapia são incontestáveis segundo

o cabo da Polícia Militar Edevaldo Luiz Monteiro. Ele é pai de Suellen Barcelos Monteiro, 14 anos, que começou suas primeiras sessões de equoterapia aos cinco, parou por um tempo, e retomou a atividade. Diagnosticada com paralisia cerebral com hemiparesia a direita e deficiência intelectual, as sessões contribuíram para que Suellen conseguisse adquirir equilíbrio, maior coordenação motora, concentração e uma autoestima elevada, segundo seu pai. “A empatia com os cavalos foi imediata, nunca estranhou a montaria e termina as aulas muito feliz”, conta Edevaldo.

Terapia é reconhecida desde 1997

A equoterapia foi reconhecida em 9 de abril de 1997 pelo Conselho Federal de Medicina. A Associação Nacional de Equoterapia – ANDE-BRASIL, a define como um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar na área da saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e necessidades especiais. Esta terapia é indicada, normalmente, a partir dos

dois anos, porém sempre respeitando o quadro e evolução de cada patologia, devendo o praticante apresentar condições físicas e psicológicas para a prática, levando-se em consideração a seguridade e o risco-benefício. O método é indicado para pessoas com disfunções neurofuncionais, atrasos no desenvolvimento global, transtorno global do desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem. Esta atividade exige a participação do corpo inteiro, contribuindo, assim, para

o desenvolvimento da força, tônus e relaxamento muscular, flexibilidade, conscientização do próprio corpo e aperfeiçoamento da coordenação motora e do equilíbrio. Nesta atividade, o sujeito participa do processo de sua reabilitação na medida em que interage com o cavalo, incluindo os primeiros contatos, o ato de montar e o manuseio final, desenvolve novas formas de socialização, autoconfiança e autoestima.

Chegou a hora de abrir seu negócio?

Apesar do Brasil ser um dos países onde a burocracia impera e os impostos levam boa parte do que se arrecada, não são poucos os profissionais que apostam no próprio negócio. Muitos têm o espírito empreendedor, mas nem todos conhecem cada passo antes de abrir uma empresa. A Assessora de Políticas Públicas e Administração Financeira do Sebrae, Katia Regina Raush, explica item por item, mas lembra que antes de mais nada, o planejamento é fundamental.

Segundo ela, no próprio site do Sebrae existem várias dicas que podem ajudar. Para uma micro ou uma pequena empresa exercer suas atividades no Brasil, é preciso, entre outras providências,

ter registro na prefeitura onde ela irá funcionar, no Estado, na Receita Federal e na Previdência Social.

Dependendo da atividade pode ser necessário também o registro na Entidade de Classe, na Secretaria de Meio-Ambiente e outros órgãos de fiscalização.

“A atividade e o número de sócios definirá a modalidade de empresa. As mais comuns na área de Pet Shop e de veterinária juntos podem ser Sociedade Limitada (dois ou mais sócios) ou Sociedade Empresária (apenas um empreendedor)”, explica Kátia. Anteriormente a esse registro é necessário que o empreendedor defina o endereço e consulte a Prefeitura para saber se o endereço pre-

tendido não possui restrições conforme o Plano Diretor. Essa consulta é rápida e geralmente basta o carnê de IPTU e documentos pessoais do interessado. Em ambos os casos esse registro empresarial é feito na Junta Comercial.

Kátia lembra ainda que as empresas que trabalham com atendimento veterinário tem que ter obrigatoriamente um Médico Veterinário na empresa como Responsável Técnico ou sócio proprietário. Paralelo aos aspectos burocráticos que envolvem a abertura de uma empresa uma boa gestão envolve uma série de habilidades como conhecimento de mercado, público alvo, estratégias de marketing e fluxo de caixa.

REGISTRO

Apresentar documentos e formulários que podem variar de um Estado para o outro. Todo procedimento e passo a passo em Santa Catarina pode ser obtido acessando o site da JUCESC (<http://www.jucesc.sc.gov.br/>). A partir desse registro, a empresa existe oficialmente, o que não significa que ela possa começar a operar. Ainda na Junta Comercial, deve-se verificar se há alguma outra empresa registrada com o nome pretendido. Geralmente é necessário preencher um formulário próprio, com três opções de nome. Em Santa Catarina isso pode ser feito no site da JUCESC pela Internet. Se tudo estiver certo, será possível prosseguir com o arquivamento do ato constitutivo da empresa, quando serão necessários mais documentos.

➔ NIRE

Registrada a empresa, será entregue ao seu proprietário o NIRE (Número de Identificação do Registro de Empresa, que é uma etiqueta ou um carimbo, feito pela Junta Comercial ou Cartório, contendo um número que é fixado no ato constitutivo.

➔ CNPJ

Com o NIRE em mãos, chega a hora de registrar a empresa como contribuinte, ou seja, de obter o CNPJ. O registro do CNPJ é feito exclusivamente pela Internet, no site da Receita Federal por meio do download de um programa específico.

➔ ALVARÁ

Com o CNPJ cadastrado, é preciso ir até a prefeitura para receber o alvará de funcionamento. O cadastro no sistema tributário estadual deve ser feito junto à Secretaria Estadual da Fazenda.

➔ PREVIDÊNCIA SOCIAL

Após a concessão do alvará de funcionamento, a empresa já está apta a entrar em operação. No entanto, ainda faltam duas etapas fundamentais para o seu funcionamento. A primeira é o cadastro na Previdência Social, independente da empresa possuir funcionários.

➔ APARATO FISCAL

Agora resta preparar o aparato fiscal para que o empreendimento entre em ação. Será necessário solicitar a autorização para impressão das notas fiscais e a autenticação de livros fiscais. Isso é feito na prefeitura de cada município. Uma vez que o aparato fiscal estiver pronto e registrado, a empresa poderá começar a operar legalmente. Porém, especialistas alertam que o sucesso do negócio depende de uma boa gestão.

Lei dos medicamentos genéricos veterinários é criada

O Projeto de Lei 1.080/2003, que prevê a criação dos medicamentos genéricos veterinários, foi sancionado no dia 20 de julho pela Presidente Dilma Rouseff, com veto parcial a alguns dispositivos aprovados pelo Congresso Nacional. A nova Lei nº 12.689/2012 altera o Decreto-Lei no 467/1969, para estabelecer o medicamento genérico de uso veterinário e dispõe sobre o registro, a aquisição, a prescrição, a fabricação, o regime econômico-fiscal, a distribuição e a dispensação de medicamentos genéricos de uso veterinário, bem como sobre a promoção de programas de desenvolvimento técnico-científico e de incentivo à cooperação técnica para aferição da qualidade e da eficácia de produtos farmacêuticos de uso veterinário.

A lei sancionada prevê que para o registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o

similar ou genérico veterinário deverá comprovar a bioequivalência em relação ao medicamento de referência e atender aos requisitos de taxa de extração, resíduos e período de carência se usado em animais de consumo.

Até então existiam medicamentos registrados para a mesma indicação, porém, em seu registro, não havia necessidade de que comprovem bioequivalência, já que são produtos diferenciados. Um exemplo é a ivermectina que apresenta mais de 70 produtos com o mesmo princípio ativo no mercado. A partir da criação dos genéricos serão exigidos esses testes, principalmente para que se garanta a igualdade nas características farmacológicas, ou seja, a forma como o medicamento se comporta no organismo (sua absorção, distribuição, biotransformação, metabolização e eliminação).

Aprovada Medida Provisória que reajusta salário de Médicos Veterinários

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 4 de julho a Medida Provisória 568/12, que concede reajustes salariais aos Médicos Veterinários e diversas outras categorias do Poder Executivo. De acordo com a MP aprovada, a carga horária dos médicos continuará sendo de 20 horas semanais e preserva o estabelecido na Lei 9.436/97, que permite, especialmente aos profissionais que atuam na área de saúde do serviço federal, fazer a opção por uma carga horária dupla, de 40 horas, com remuneração das horas extras.

Outras importantes mudanças feitas pelo relator, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), também beneficiam os médicos, para

DIVULGAÇÃO

os quais serão criadas tabelas específicas de 20 setores diferentes, nas categorias de Médico Veterinário, médico de Saúde Pública, médico do trabalho, médico profissional técnico superior, médico marítimo e médico cirurgião de qualquer órgão da administração pública federal direta, assim como de autarquias e de fundações públicas federais.

O relator da MP também retirou do texto as mudanças propostas pelo governo para os adicionais de insalubridade e de periculosidade. Aos adicionais continuarão sendo calculados a partir de um percentual incidente sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor, como é feito hoje.

AGENDA

OUTUBRO

✓ **11º Congresso Iberolatino Americano de Apicultura**

09/10 a 12/10

Puerto de La Cruz - Venezuela

<http://www.brasilapicola.com.br>

✓ **Pet South America 2012 - Feira Internacional de Produtos e Serviços para a Linha Pet e Veterinária**

16/10 a 18/10

São Paulo - SP

petsa@nm-brasil.com.br

✓ **FIGAP VIV América Latina 2012**

18/10 a 20/10

Guadalajara, México

<http://www.vivamericalatina.nl>

✓ **XXIII Congresso Panamericano de Ciências Veterinárias - PANVET 2012**

05/08 a 09/08

Salvadora - BA

<http://www.wpc2012.com/br>

NOVEMBRO

✓ **X Congresso Brasileiro de Cirurgia e Anestesiologia Veterinária**

01/11 a 04/11

Florianópolis - SC

www.cbca2012.com.br

✓ **XI Simpósio de Oftalmologia Veterinária**

16/11 a 18/11

Florianópolis - SC

emilioprontovet@gmail.com

✓ **AVISULAT - III Congresso Sul-Brasileiro de Avicultura, Suinicultura e Laticínios**

21/11 a 23/11

Bento Gonçalves - RS

<http://avisulat.com.br>

Acompanhe a agenda no site
www.crmvsc.org.br

Baixe um Leitor de QR Code em seu celular, fotografe este código e abra o site do CRMV-SC